

ENTREVISTA COM JOSÉ DE RIBAMAR SÁ SILVA¹ - Sobre Pobreza e Segurança Alimentar no Maranhão²

O Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva, fala sobre segurança alimentar e pobreza no Maranhão com base em estudos que vem realizando e em resultados de experiências.

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa - **Existe relação direta entre pobreza e insegurança alimentar de uma população?**

José de Ribamar Sá Silva - De uma maneira geral, pode-se dizer que sim. Porém, é necessário considerar que pobreza e insegurança alimentar não são noções simples ou isentas de polêmicas. Pobreza está associada a um conjunto de privações relativas, por exemplo, a moradia, educação, saúde, transporte, lazer, alimentação, cujo acesso individual pode ser condicionado pela disponibilidade de renda. Por sua vez, a noção de insegurança alimentar (e nutricional) remete-nos a várias dimensões e situações, entre as quais a falta de acesso ao mínimo necessário para fornecer energia ao organismo e, também, a excessiva ingestão de determinados nutrientes, configurando-se, tanto em uma quanto em outra dessas situações, um afastamento em relação àquilo que se pode considerar alimentação adequada. Nesse cenário, populações caracterizadas como pobres podem estar em segurança alimentar, dependendo das condições específicas dos locais onde vivem. Do mesmo modo, populações que não tem problemas de acesso às dimensões acima mencionadas podem estar em insegurança alimentar.

¹ Economista, Mestre em Economia Rural, Doutor em Políticas Públicas, docente do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão

² Em entrevista realizada pela Prof^a Dr^a Salviana de Maria Pastor Santos Sousa (GAEPP-UFMA).

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa - Como se caracteriza a situação de pobreza e insegurança alimentar no Maranhão?

José de Ribamar Sá Silva - O Maranhão é um caso particular no contexto dos estados brasileiros, tanto pelo fato de ocupar as últimas posições em diversos indicadores socioeconômicos, quanto pela permanência dessa situação ao longo dos anos. O IDH-M 2013 (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), calculado pelo PNUD com dados relativos ao ano de 2010, revela-nos um pouco dessa realidade. No conjunto dos estados, o Maranhão possui o segundo pior IDH-M. Dos 5.565 municípios brasileiros, a partir do mais baixo IDM-M, no Maranhão encontram-se, por exemplo, o 2º pior (5564ª posição) e 4º pior (5562ª posição). Focando o componente “renda”, aqui encontramos quatro entre os cinco piores municípios, sete entre os dez piores, onze entre os quinze piores, quatorze entre os vinte piores, vinte entre os trinta piores, vinte e oito entre os cinquenta piores. O Maranhão é o estado onde se tem a mais baixa renda per capita do país. Essa é uma situação que se agrava em função de que a disponibilidade de renda condiciona o acesso a bens e serviços nas economias de mercado. Dados da PNAD/IBGE apontam que, no Maranhão, em 2009, 14,8% dos domicílios se encontravam em insegurança alimentar grave; 16,4%, em insegurança alimentar moderada; 33,4%, em insegurança alimentar leve, totalizando 64,6% dos domicílios em situação de insegurança alimentar. Isso significa que a fome rondava cerca de 1,1 milhão de um total de 1,7 milhão de domicílios no Maranhão.

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa - Que perspectivas você apontaria para as políticas públicas no atual modelo de desenvolvimento?

José de Ribamar Sá Silva - Nas condições particulares do Maranhão, as situações de pobreza e insegurança alimentar mostram-se umbilicalmente vinculadas. Esse quadro se configura a partir da opção por um modelo de desenvolvimento em que são privilegiados os grandes projetos e a concentração da terra, expropriando-se os meios de produção dos agricultores familiares e, dessa forma, desarticulando-se as culturas alimentares tradicionais. No período entre os dois últimos censos agropecuários, houve redução de 137,5 mil estabelecimentos produtores de arroz e 33 mil produtores de feijão. O resultado é uma apropriação da riqueza extremamente desigual e uma parcela cada vez maior da população dependente de transferência pública de renda para sobreviver. Não por acaso, o Maranhão possui um dos maiores contingentes de beneficiários do Programa Bolsa Família, proporcionalmente à população total (44% da população do Estado). Nesse cenário, que combina a desarticulação da produção doméstica de alimentos e a disponibilização de rendas via transferência, pode-se potencializar a insegurança alimentar e nutricional entre a população pobre, tanto pelo aspecto da restrição do acesso aos alimentos regionais quanto pela adoção de dietas padrão *fast food*. Eis, pois, um imensurável desafio que se coloca para a construção de políticas públicas que estimulem a desconcentração da renda e do patrimônio, o fortalecimento da produção de alimentos e a democratização do acesso a condições de vida digna para a população.